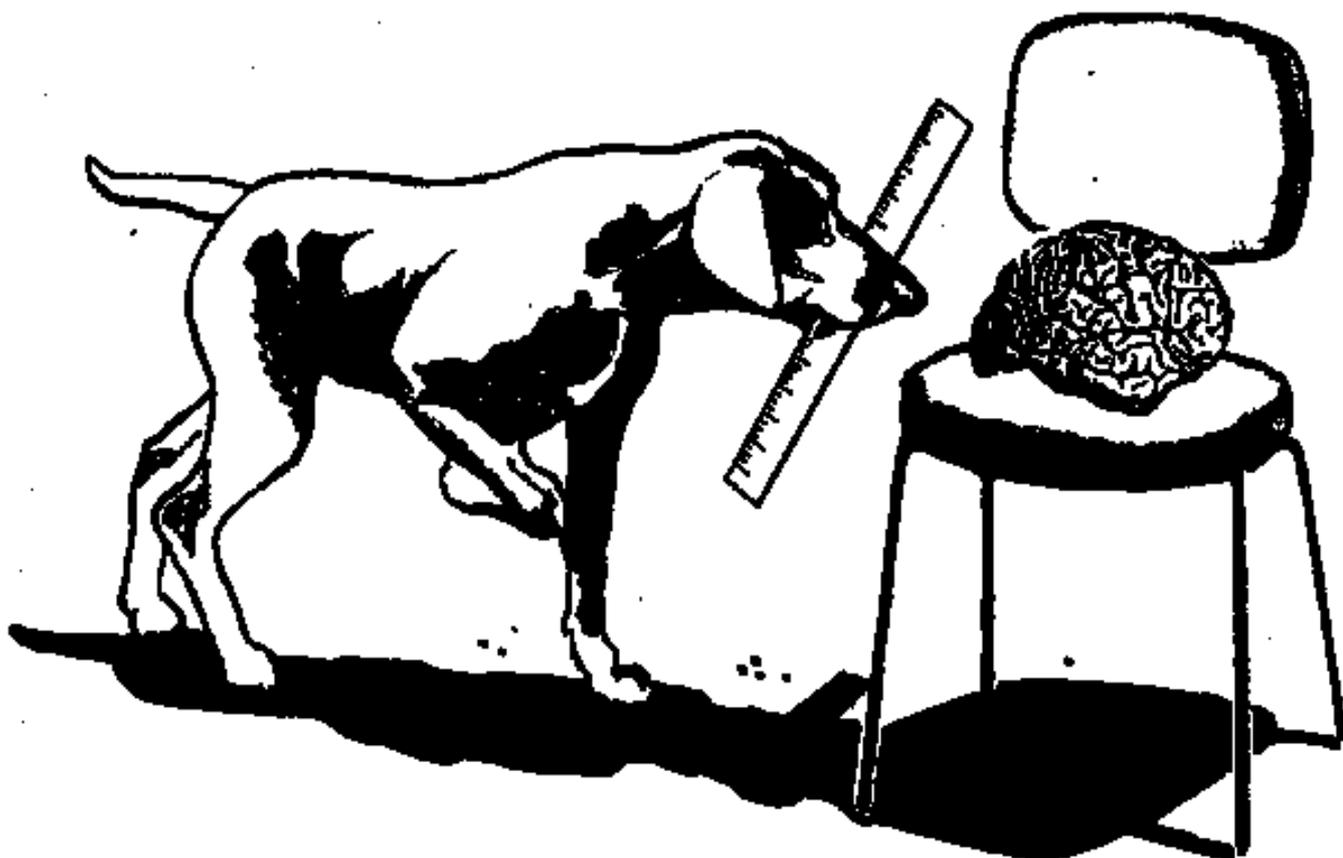


O CARÁTER DISCRIMINATÓRIO DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Sandra Zákia Lian Sousa



A questão do caráter discricionário da avaliação do rendimento escolar tem sua origem no conhecimento de iniciativas que vêm sendo conduzidas no país, pelo Ministério da Educação e por Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para avaliação do ensino público.

Refiro-me às propostas voltadas para o controle de qualidade de ensino, que tomam, como um dos indicadores de qualidade, o desempenho dos alunos em testes de rendimento escolar, a exemplo daquela implementada, em âmbito nacional, pelo Ministério da Educação (Sistema de Avaliação do Ensino Básico, implantado em 1990 pelo MEC/INEP). Propostas dessa natureza, ao que parece, tendem a ser fortalecidas pelo governo federal, tendo sido a avaliação das escolas elencada pelo presidente da República, como uma dentre as cinco “providências” a serem tomadas para garantia de “educação de qualidade”. A “avaliação das escolas” é assim compreendida:

“A quinta providência é avaliar escolas. Todo ano o Ministério da Educação vai aplicar testes em alunos de todo o Brasil, não para aprová-los ou reprová-los, mas para ver se as escolas estão ensinando bem, verificar quais são os pontos fracos do ensino e premiar as escolas que apresentarem os melhores resultados”. (Pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 7 de fevereiro deste ano e publicado na Folha de S. Paulo no dia seguinte).

Desafios aos educadores

Para além de observar que “avaliar escolas” certamente impõe a consideração de outros indicadores que, não apenas, o desempenho de alunos em testes, considero necessário estarmos

atentos para as implicações educacionais e sociais do fortalecimento de uma concepção de avaliação escolar que se restringe a procedimentos de testagem do rendimento dos alunos e que tem evidenciado desserviços, quando se tem como propósito a democratização da escola.

Discutir essas iniciativas, desde os princípios em que se assentam até as conseqüências que podem decorrer de sua implantação, é um dos desafios que hoje se colocam aos educadores, particularmente àqueles que já vêm sistematizando conhecimentos e análises na área da avaliação educacional.

Analisei, recentemente, diversas pesquisas que se voltaram a caracterização e análise de significados e práticas de avaliação do rendimento do aluno, em escolas brasileiras e que trouxeram elementos que permitem aclarar o sentido de que vem se revestindo a avaliação tal como vem sendo implementada, revelando, ainda, significados dessa prática para professores, alunos e outros profissionais da educação.

Ritual injusto e improdutivo

Um dos aspectos evidenciados nestas pesquisas é que a avaliação na escola tem sido interpretada, basicamente, como a aplicação de “provas” aos alunos, associada a atribuição de nota ou conceito e a decisão de promoção ou retenção do aluno. Em conseqüência, os alunos não se sentem comprometidos com o processo de aquisição e produção do conhecimento mas, antes, com a conquista de pontos que lhes garantam aprovação, o que nem sempre significa a ocorrência de aprendizagem. A finalidade classificatória se sobrepõe a análise, reformulação e redirecionamento do trabalho desenvolvido.

Ou seja, a avaliação, tal como predominantemente vem sendo con-

cebida e interpretada, não tem servido para diagnóstico e estímulo ao avanço do conhecimento, não tem se constituído em um processo de investigação que apóie decisões e propostas de ações visando o aprimoramento do trabalho, que seria sua função eminentemente educacional.

Foi recorrente, nos estudos que se voltaram a interpretar significados de avaliação no contexto escolar, a denúncia de que esta tem se constituído em um mecanismo de legitimação do fracasso escolar. Confundindo-se com o procedimento de atribuição de notas, de seleção dos alunos com condições de serem promovidos para séries subseqüentes, a aprovação ou reprovação do aluno constitui o foco central do processo de avaliação e na finalidade do próprio processo de ensino-aprendizagem. Os alunos não discutem o que estão aprendendo, se estão aprendendo, o sentido do que estão aprendendo mas, que nota tiraram, em que disciplina estão com ou sem “média”, quantos pontos faltam para “fechar com média”.

Ainda, a avaliação se caracteriza como instrumento de controle e adaptação das condutas educacionais e sociais dos alunos. Trabalha-se com o aluno em direção à adequação e à submissão a padrões e expectativas definidas pela escola, os quais, no entanto, não levam em conta as características do aluno como grupo social. O saber escolar é transmitido de forma desvinculada da cultura de origem dos alunos, e a avaliação visa verificar o domínio desse saber, que não é o das camadas populares da sociedade de que se origina a maioria dos alunos da escola pública. Assim, estes alunos tendem a ser excluídos, convertendo-se desiguais sociais em fracasso escolar, sob um discurso de que a todos são dadas iguais oportunidades educacionais, mas são os alunos

que se comportam de maneira diversa. Caracteriza-se a avaliação como um ritual improdutivo pedagogicamente e injusto socialmente.

Ameaça à democratização do ensino

Os aspectos suscitante mencionados ilustram contribuições trazidas por pesquisas realizadas, nos últimos anos, no Brasil, sobre avaliação escolar. Ao evidenciar como a hegemonia é produzida na escola através das práticas avaliativas, formais e informais, presentes no seu cotidiano, alteram para os limites de uma visão eminentemente técnica da avaliação, evidenciando sua dimensão política. Entendida como um instrumento político, a avaliação tanto pode servir à democratização da educação, como pode ser utilizada como instrumento de discriminação social. Sua forma, seu conteúdo, o uso que se fizer de seus resultados, podem servir a um ou a outro propósito.

É desse entendimento que emergem indagações que, a meu ver, merecem ser exploradas, em relação a iniciativas de utilização de testagem de rendimento dos alunos como instrumento possibilitador da melhoria do ensino, como as que se seguem:

a) A concepção de avaliação de aprendizagem que está sendo fortalecida não é aquela que, sob a aparência de seleção técnica, opera a seletividade social na escola, como vêm mostrando as investigações? Que critérios orientam a seleção e organização do conhecimento a ser legitimado pelos testes de rendimento escolar?

- b) Sob o duvidoso suposto de que uma comparação entre as escolas, por meio de testagem de rendimento do aluno, constitui-se em estímulo para melhoria de ensino, não se está ampliando o caráter discriminador da avaliação? Ou seja, para além da avaliação a serviço da seleção dos alunos “fortes” e “fracos”, implanta-se a avaliação a serviço da classificação das escolas “fortes” e “fracas”.
- c) Que implicações tal classificação pode ter na implementação de políticas públicas? Direcionar esforços e recur-

frente às diferenças de desempenho dos alunos nos testes, as inúmeras e complexas variáveis, nem sempre passíveis de mensuração, que condicionam o desempenho escolar?

- f) Que projeto político ideológico norteia a opção de órgãos coordenadores de políticas educacionais por uma perspectiva de classificação das escolas que, certamente, concorre para o individualismo e competição entre elas?

O levantamento dessas indagações não reflete uma descrença na importância de que sejam conduzidas avaliações que subsidiem a definição e implementação de políticas públicas, capazes de viabilizar a universalização do ensino com qualidade. Revela, no entanto, o entendimento de que as propostas, em andamento, têm implicações que podem vir a comprometer a concretização do próprio propósito em que se apoiam a democratização do ensino.

Por fim, observo que o sucesso ou o fracasso dos alunos

em testes de rendimento escolar não se coloca como uma questão individual. Expressa, para além do sucesso ou fracasso da escola, a política educacional implementada, o que remete à análise dos princípios, prioridades, condições e ações responsáveis pela produção de um ensino com tal ou qual qualidade no limite, podendo vir a significar um descompromisso do Poder Público com suas responsabilidades na área educacional.

Sandra Zákia Lian Sousa é professora da Faculdade de Educação da USP.

O sucesso ou o fracasso dos alunos em testes de rendimento escolar não se coloca como uma questão individual. Expressa, para além do sucesso ou fracasso da escola, a política educacional implementada, o que remete à análise dos princípios, prioridades, condições e ações responsáveis.

- sos para a melhoria das “escolas fracas” ou para promoção de “ilhas de excelência”?
- d) Que reflexos pode ter o uso desses resultados na carreira docente e, conseqüente, na relação do docente/escola com os alunos “fracos”? A esperança de premiações e o medo de punições não podem resultar em intensificação do processo seletivo que já ocorre na escola, “expulsando-se” delas os alunos que não revelarem probabilidade de se saírem bem nos testes?
- e) Como serão ponderadas,